



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

30 de Janeiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

João Lourenço insta RDC e Rwanda a respeitarem o Processo de Luanda

O Presidente João Lourenço, na qualidade de mediador designado pela União Africana para a paz na República Democrática do Congo, insta a República Democrática do Congo (RDC) e o Rwanda a respeitarem os compromissos assumidos ao abrigo do Processo de Luanda, permitindo que se criem as condições necessárias para a convocação de uma Cimeira Tripartida em Luanda, com carácter urgente, em data a ser comunicada oportunamente.

Segundo uma nota da Presidência da República, o Chefe de Estado defende que as discussões sobre o M23 e outros grupos armados na RDC devem ser urgentemente retomadas no âmbito do Processo de Nairobi.

João Lourenço deplora a ocupação da cidade de Goma e apela à retirada imediata do M23 dos territórios ilegalmente ocupados. Igualmente, o Chefe de Estado angolano apela à retirada imediata das Forças de Defesa do Rwanda do território da RDC, de forma a criar condições urgentes para a estabilização da vida das populações e a normalização do funcionamento do Aeroporto de Goma.

A acção visa, também, facilitar o regresso seguro dos membros do Mecanismo de Verificação Alargado Reforçado

(MVAR) e do Mecanismo de Verificação Alargado da CIRGL, além de permitir a entrada de ajuda humanitária para as populações deslocadas e refugiadas.

De acordo ainda com a nota, o Presidente da República manifesta grande preocupação com os recentes acontecimentos no Leste da RDC, onde o Movimento 23 de Março (M23) ocupou a cidade de Goma, capital do Kivu-Norte.

Para o líder angolano, essa acção viola gravemente o Processo de Luanda, que havia sido retomado após encontros bilaterais em separado com o Presidente congolês, Félix Tshisekedi, e o Presidente rwandês, Paul Kagame, realizados em Fevereiro e Março de 2024, respectivamente.

No documento, o Presidente João Lourenço lembra que, no quadro das negociações, os dois líderes concordaram em priorizar três pontos essenciais, nomeadamente “Cessar-fogo imediato”, “Neutralização das Forças Democráticas de Libertação do Rwanda (FDLR)” e “Retirada das Forças de Defesa do Rwanda da RDC”.

Após intensas negociações entre os ministros das Relações Exteriores e chefes dos Serviços de Inteligência dos três países, acrescenta o documento, foi possível alcançar um cessar-fogo, que entrou em vigor a 4 de Agosto de 2024.

A RDC e o Rwanda comprometeram-se ainda a neutralizar as FDLR e desengajar as forças rwandesas, com base na adopção do Conceito de Operações (CONOPs) e no reforço do Mecanismo de Verificação Ad hoc com oficiais de ligação de ambos os países.

A questão do grupo armado M23, lembrou, sempre apresentada pelo Rwanda como um assunto interno da RDC, foi incluída no Processo de Nairobi, uma plataforma de diálogo intercongolês.

Em linha com este compromisso, o ex-Presidente do Quénia e Facilitador da Comunidade da África Oriental (CAO),

Uhuru Kenyatta, anunciou, a 15 de Dezembro de 2024, em Luanda, que iria acelerar, com efeitos imediatos, as consultas com o M23. (J.A.)++++

Presidentes de Angola e RDC analisam implementação do processo de paz

O Presidente da República Democrática do Congo (RDC), Félix Tshisekedi, deslocou-se ontem a Luanda para uma reunião com o homólogo angolano, João Lourenço, no âmbito do Processo de Luanda, mecanismo de mediação liderado por Angola para a pacificação do Leste congolês.

No encontro, realizado no âmbito dos esforços de mediação empreendidos pelo Presidente João Lourenço, os dois Chefes de Estado analisaram os passos subsequentes para conter a escalada do conflito e restaurar a segurança, reforçando o compromisso com o diálogo e a diplomacia.

O encontro surge num momento de crescente tensão, após a tomada da cidade de Goma por forças rebeldes, o que agrava a instabilidade na região. Durante a reunião, João Lourenço tem desempenhado um papel central na mediação do conflito no Leste da RDC, promovendo encontros e negociações entre as partes envolvidas.

O Processo de Luanda, apoiado por organizações regionais e internacionais, visa encontrar soluções duradouras para a crise, evitando a deterioração da situação humanitária e o alastramento da violência. (J.A.)++++

Presidente congolês no país para consultas referentes ao Processo de Luanda

O Presidente da República Democrática do Congo (RDC), Félix Tshisekedi, deslocou-se, hoje, ao país, para uma análise conjunta dos passos subsequentes a dar no quadro do Processo de Luanda.

Na deslocação a Angola, Félix Tshisekedi foi recebido pelo Chefe de Estado, medianeiro designado pela União Africana para mediar a crise político-diplomática entre a República Democrática do Congo e o Rwanda, no âmbito dos esforços para o restabelecimento da paz e segurança no leste da RDC.

Recorde-se que João Lourenço empreendeu várias iniciativas para resolver as diferenças entre os dois países e progressos substanciais foram dados, incluindo a assinatura do Acordo de Cessar-Fogo, a 30 de Julho de 2024, que entrou em vigor a 4 de Agosto do mesmo ano.

Porém, Angola condenou veementemente as acções do M23 que tem continuado as hostilidades e a flagrante violação do referido cessar-fogo, deteriorando a situação de segurança nas províncias de Kivu Norte e Kivu Sul. (J.A.)++++

Conselho de Segurança exige fim das hostilidades no Leste da RDC

O Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiu o fim imediato das hostilidades no Leste da República Democrática do Congo (RDC) e o retorno incondicional das partes em conflito à mesa das negociações, no âmbito do Processo de Luanda, sob a liderança do Presidente João Lourenço.

O ultimato do único órgão do sistema internacional capaz de adoptar decisões obrigatórias para todos os 193 Estados-membros da ONU foi baixado terça-feira última, durante a segunda reunião de emergência do órgão, nas últimas 48 horas, sobre a escalada de violência na RDC.

Os membros do Conselho de Segurança, cujo mandato passa por zelar pela manutenção da paz e da segurança internacional, apelaram a todas as partes para agirem de boa-fé. Ao intervir no acto, o representante permanente de Angola junto das Nações Unidas, embaixador Francisco da Cruz,

apelou, igualmente, à cessação imediata e incondicional das hostilidades, à retirada do M-23 das áreas ocupadas e o fim do estabelecimento de administrações paralelas no território da RDC.

Francisco da Cruz chamou à atenção para a necessidade do pleno respeito pela integridade territorial da RDC, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o Direito Internacional e o princípio da igualdade soberana entre todos os Estados.

O diplomata angolano exortou todas as partes em conflito a respeitarem, de forma integral, o Direito Humanitário Internacional, a protecção de civis, campos de deslocados de guerra, instalações médicas e a protecção das forças de manutenção da paz, lembrando que ataques aos civis e às forças de manutenção da paz constituem crimes de guerra.

“Ataques directos ao pessoal da MONUSCO e da SAMI-DRC são inaceitáveis e os responsáveis devem ser levados à justiça”, defendeu o diplomata angolano, na reunião do Conselho de Segurança.

Francisco da Cruz instou, ainda, as partes a preservarem os ganhos “arduamente” conquistados no quadro do Processo de Luanda, resultantes de meses de intensas negociações.

O representante permanente de Angola junto da ONU recordou, na reunião, que o Presidente João Lourenço, no quadro das suas responsabilidades enquanto Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação, mandatado para facilitar a mediação entre o Rwanda e a RDC, empreendeu já várias iniciativas para resolver as diferenças entre os dois países vizinhos.

Entre os resultados obtidos pelo estadista angolano, no âmbito desta missão, Francisco da Cruz destacou a

assinatura do acordo de cessar-fogo, a 30 de Julho de 2024, que entrou em vigor a 4 de Agosto do mesmo ano.

Conflito na RDC preocupa Presidente João

O diplomata angolano lembrou, por outro lado, que no dia 24 do mês em curso, o Presidente João Lourenço expressou profunda preocupação em relação à grave deterioração da paz e segurança no Leste da RDC.

Nesta conformidade, informou aos membros do Conselho de Segurança que o estadista angolano condenou e denunciou as acções do M-23 e os seus apoiantes, que prejudicam o progresso alcançado no quadro do Processo de Luanda.

Relatórios confiáveis indicam que Goma não tem água canalizada nem electricidade, tornando as condições de vida da população e daqueles que vivem em campos de deslocados quase insuportáveis.

A reunião do Conselho de Segurança da ONU ficou marcada por várias intervenções no momento de debate sobre a actual situação na RDC.

Entre as várias intervenções, destacam-se a da ministra de Estado, das Relações Exteriores e Cooperação Internacional e Francofonia da República Democrática do Congo, Thérèse Kayikwamba Wagner, da representante especial adjunta do Secretário-Geral para a Protecção e Operação, Vivian Van de Perre, e do representante permanente do Rwanda na ONU, o embaixador Ernest Raymucyo. (J.A.)++++

UA defende o regresso ao Processo de Luanda

A União Africana (UA), através do seu Conselho de Paz e Segurança, apelou às partes envolvidas no conflito na República Democrática do Congo (RDC) a retornarem ao Processo de Luanda, para a busca de uma solução duradoura.

Os membros do Conselho de Paz e Segurança, do qual Angola faz parte, reuniram-se, terça-feira, de forma virtual,

para analisar a escalada de violência no Leste da RDC, perpetrada pelo M23 e os seus apoiantes. No comunicado saído do encontro, o órgão estratégico da UA em matéria de paz e segurança elogiou os esforços empreendidos, até agora, pelo Presidente João Lourenço, na qualidade de facilitador do diálogo entre a RDC e o Rwanda, de presidente da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e como Campeão da UA para a Paz e a Reconciliação.

O órgão instou as partes a continuarem a estender a sua cooperação e colaboração aos esforços do facilitador, tendo, para tal, solicitado à Comissão da UA a aumentar o seu apoio aos esforços do estadista angolano.

Os membros salientaram, ainda, a necessidade da implementação dos resultados da Cimeira Quadripartida da EAC, CEEAC, CIRGL e SADC, sob os auspícios da UA, realizada em 27 de Junho de 2023, em Luanda, e sublinharam o imperativo de uma coordenação reforçada dos esforços no âmbito do Mecanismo Quadripartido.

A este respeito, os membros orientaram a Comissão da UA a convocar, de forma urgente, uma reunião quadripartida de acompanhamento sobre a implementação dos compromissos assumidos durante a primeira Cimeira do Mecanismo Quadripartido.

O Conselho de Paz e Segurança encorajou, por outro lado, as partes a priorizarem os meios pacíficos, para abordar os desafios entre eles, assim como a retomarem, também, ao Processo de Nairóbi, destacando que a solução para o caso em andamento não passa pela via militar.

Instou os signatários do Acordo de Cessar-fogo de Agosto de 2024 e do “Plano Harmonizado para a Neutralização das FDLR e seu Desengajamento”, de Novembro de 2024, adoptado sob os auspícios do Processo de Luanda, a implementarem os acordos acima mencionados e ao retorno

urgente e incondicional ao diálogo. O órgão expressou profunda preocupação com a ofensiva lançada pelo M23 e os seus apoiantes, nas últimas semanas, que culminou com a captura de Minova, Sake e a capital regional, Goma, acto que resultou em mortes e vítimas entre civis e soldados da paz, além de agravar uma situação humanitária e de segurança já frágil naquela região da RDC.

O Conselho de Paz e Segurança condenou, de forma veemente, os ataques “hediondos” do M23, que resultaram na perda de vidas, ferimentos e deslocamentos, especialmente de mulheres e crianças, tendo alertado que os envolvidos serão responsabilizados pelas suas acções.

Condenou, igualmente de forma veemente, as actividades das Forças Democráticas Aliadas (ADF) e das Forças Democráticas para a Libertação do Rwanda (FDLR), por terem agravado a insegurança e o sofrimento da população no Leste da RDC.

Os membros do Conselho de Paz e Segurança exigiram ao M23, às ADF e às FDLR e outros grupos armados que operam no Leste da RDC a cessarem, de forma imediata e incondicional, os ataques e a retirada imediata e incondicional do M23 de Minova, Sake e Goma e de outras áreas ocupadas na RDC.

Instaram, ainda, todos os outros grupos armados e “terroristas estrangeiros” que operam na RDC a abandonarem o território, em conformidade com o Comunicado da Mini-Cimeira de Luanda, de 23 de Novembro de 2022, ao mesmo tempo que enfatizam a necessidade do respeito pela soberania e integridade territorial da República Democrática do Congo.

Condenaram, de forma inequívoca, qualquer apoio militar estrangeiro ao grupo rebelde M23. (J.A.)++++

Plano Estratégico da IGAE para 2024-2027 vai ser mais rigoroso

O Plano Estratégico da Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE), para o período de 2024-2027, vai incidir sobre uma actuação mais rigorosa na efectivação do controlo interno da gestão da coisa pública.

O documento foi aprovado em sede da primeira sessão ordinária do Conselho de Ministros, realizada terça-feira última, sob orientação do Presidente da República, João Lourenço, na qualidade de Titular do Poder Executivo.

O instrumento em causa enquadra-se no âmbito do processo de reforma do Estado, sobretudo dos órgãos de inspeção do Estado, que visa a adopção de maior rigor na efectivação do controlo interno na Administração Pública.

A ideia passa por promover a integridade e a transparência na prestação de contas e a salvaguarda da eficiência e eficácia operativa das acções inspectivas e outras incluídas nas atribuições e competências estatutárias da IGAE.

Programa Nacional do Transporte Aéreo

O Conselho de Ministros apreciou, no sector dos Transportes, um diploma que aprova o Programa Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo (PNFTA), instrumento que visa abordar e harmonizar os interesses de todas as entidades envolvidas na facilitação do transporte aéreo.

Fazem parte das entidades envolvidas os operadores aéreos e aeroportuários, as instituições que operam nos aeroportos, designadamente Polícia Nacional, Serviço de Investigação Criminal, Autoridade Sanitária, Serviços Fitossanitários, Serviço de Migração e Estrangeiros, Administração Geral Tributária e demais entidades pertinentes.

O objectivo passa por facilitar as formalidades que devem ser cumpridas pelas aeronaves, tripulações, passageiros e respectivas bagagens e mercadorias nos voos

internacionais e domésticos. No domínio dos Petróleos e Gás, foi apreciado o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o contrato de partilha de produção celebrado entre a concessionária nacional e a WALCOT LIMITED, nos termos negociados entre as partes.

O Conselho de Ministros apreciou, ainda, o Projecto de Decreto Presidencial que atribui à concessionária nacional os direitos mineiros de prospecção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área de concessão do Bloco KON15. (J.A.)++++

Executivo aprecia o nível de desempenho dos alunos

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros apreciou terça-feira, o Relatório da Avaliação Nacional das Aprendizagens (ANA 2024), um documento que apresenta os resultados do desempenho dos alunos e servirá de base para a elaboração de estratégias que promovam a melhoria da qualidade da educação no país.

De acordo com um comunicado divulgado no final da reunião, orientada pela ministra de Estado para a Área Social, Maria do Rosário Bragança, a realização da Avaliação Nacional das Aprendizagens faz parte do trabalho contínuo do sector da Educação, com o objectivo de implementar políticas que garantam a qualidade do ensino e o direito à educação.

O documento destaca ainda que esta iniciativa reforça o compromisso de Angola com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente o de assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como promover, para todos, oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

De acordo ainda com o comunicado final da reunião, a ANA 2024 foi realizada entre Abril e Maio do ano passado e está alinhada ao compromisso do país com o Objectivo de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, que visa garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

O desenvolvimento da Avaliação Nacional das Aprendizagens reflecte o esforço contínuo do sector da Educação para implementar políticas que assegurem melhoria no ensino e a efectivação do direito à educação.

Ainda no domínio da educação, a Comissão apreciou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova a Política Nacional do Livro Escolar (PNLE), um instrumento normativo e pedagógico que visa regulamentar todo o processo de elaboração, distribuição e implementação dos livros escolares, responsabilizando as instituições e actores envolvidos.

A Política Nacional do Livro Escolar abrange os materiais didáticos destinados à Educação Pré-escolar, Ensino Primário e Secundário, abrangendo os subsistemas do Ensino Geral, Técnico-Profissional, Formação de Professores e Educação de Adultos.

Segundo o comunicado, a nova política estabelece que os livros escolares produzidos no seu âmbito terão utilização obrigatória em todas as instituições de ensino públicas, público-privadas e privadas que sigam o currículo oficial. O decreto prevê ainda normas para edição, avaliação, certificação, produção gráfica, vigência, reutilização e preservação dos materiais didáticos.

Na 1ª Reunião Ordinária da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros foram apreciados, entre outros documentos, o Relatório Síntese da Avaliação Nacional das Aprendizagens de 2024 e o Projecto de Decreto Presidencial que aprova a Política Nacional do Livro Escolar.

Além dos temas voltados à educação, a Comissão para a Política Social analisou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Plano de Apoio e Promoção da Cultura

(PLANACULT). O documento estabelece directrizes para fomentar e valorizar a cultura nacional, promovendo a unidade e diversidade cultural e impulsionando o desenvolvimento económico e social do país.

O comunicado destaca que facilitar o acesso ao património cultural material e imaterial, bem como às indústrias criativas, é essencial para o bem-estar social e o progresso económico, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento sustentável. (J.A.)++++

BDA adere ao Pacto Global da ONU

O BDA - Banco de Desenvolvimento de Angola anunciou, hoje, a adesão ao Pacto Global das Nações Unidas. De acordo com uma nota do BDA, enviada ao JA Online, trata-se de uma iniciativa de liderança voluntária que promove o desenvolvimento, implementação e divulgação de práticas empresariais sustentáveis, juntando-se, desta forma, a milhares de organizações em todo o mundo que compartilham o compromisso de tomar medidas concretas para a construção de um futuro sustentável e inclusivo.

O Pacto Global busca alinhar as estratégias e operações empresariais aos dez princípios universalmente aceites nas áreas de direitos humanos, condições laborais, meio ambiente e anticorrupção, além de incentivar a contribuição activa para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Criado no ano de 2000, o Pacto Global das Nações Unidas é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, reunindo mais de 15.000 empresas e 3.800 signatários não empresariais em mais de 160 países e 69 Redes Locais.

A adesão do BDA ao Pacto Global das Nações Unidas reforça o compromisso na promoção de práticas empresariais

responsáveis e em conformar as operações aos princípios universais, contribuindo para um futuro mais justo e sustentável para todos, refere o documento.

Para mais informações sobre a adesão do BDA ao Pacto Global das Nações Unidas, consulte o endereço <https://un-globalcompact.org/what-is-gc/participants/165076-Banco-de-Desenvolvimento-de-Angola>, no site do Pacto Global das Nações Unidas. (J.A.)++++

Nível de preparação da Bienal de Luanda apresentado na UA

Angola apresentou, ontem, na União Africana (UA), o estado dos preparativos para a realização da 4.^a edição do Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz e Não-Violência, mais conhecido por “Bienal de Luanda”.

A apresentação dos preparativos do evento, a realizar-se este ano sob o lema “Honrar o Passado, Valorizar as Conquistas Alcançadas, Construindo a África que Queremos”, coube ao embaixador de Angola na Etiópia e representante permanente junto da UA, Miguel Bembe.

O diplomata procedeu à apresentação durante a intervenção na 49.^a sessão do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) da União Africana, que analisou o estado dos preparativos da 4.^a edição da Bienal de Luanda.

Miguel Bembe informou aos presentes que a edição deste ano da Bienal de Luanda vai ser realizada em dois momentos principais, especificando que o primeiro, a decorrer de 2 a 4 de Julho, vai incidir sobre as actividades relacionadas ao diálogo inter-geracional de nível ministerial, os fóruns temáticos e os eventos paralelos.

Sobre o segundo momento, o representante permanente de Angola junto da União Africana disse estar programado, para o período de 12 a 13 de Novembro, a realização da cerimónia de abertura de alto nível (encontro dos Chefes de

Estado), apresentação dos resultados dos fóruns temáticos de Julho, inauguração de uma exposição itinerante, destacando conquistas históricas e agenda cultural - festival de culturas.

Miguel Bembe ressaltou que, no âmbito dos preparativos da próxima Bienal, foi realizado, em Outubro do ano passado, em Paris, França, uma reunião de concertação entre a União Africana, a UNESCO e Angola, durante a qual foram aprovados o relatório final da 3.^a edição do evento, o lema da 4.^a edição.

Neste encontro acordaram-se, também, as modalidades sobre o princípio de organização da 4.^a edição da Bienal de Luanda. Sobre o lema escolhido para a edição da Bienal de Luanda deste ano, o embaixador angolano explicou que o mesmo está em harmonia com o tema da União Africana para o respectivo ano, designadamente “Justiça para os Africanos e Afrodescendentes através de Reparações”.

Miguel Bembe presidiu, no dia 27 deste mês, à sessão do CRP, na qualidade de 1.^o vice-presidente da Mesa, tendo apreciado e aprovado os documentos que constam nesta agenda, a serem submetidos ao Conselho Executivo. (J.A.)++++

Deputados avaliam papel dos jornalistas

Os deputados do círculo eleitoral do Bié inteiraram-se ontem do funcionamento dos órgãos de Comunicação Social na província, no âmbito do plano de trabalho referente ao Ano Parlamentar 2024-2025.

Durante a visita aos órgãos de Comunicação Social, nomeadamente Edições Novembro, Agência Angola Press-ANGOP, Rádio Bié do Grupo RNA e Televisão Pública de Angola (TPA), os parlamentares foram informados sobre a dinâmica de trabalho daqueles órgãos de difusão massiva, bem como as dificuldades que os mesmos enfrentam no dia-a-dia, com

realce para a falta de instalações próprias e adequadas para um melhor desempenho. A falta de meios de trabalho, nomeadamente meios informáticos, viaturas e a necessidade do aumento de mais quadros, constaram igualmente das preocupações apresentadas aos deputados pelos profissionais dos órgãos de Comunicação Social.

O coordenador do grupo de deputados do círculo provincial do Bié, Anastácio Severino Sambowe, disse que as visitas se enquadram no âmbito do programa de trabalhos que são realizados pelos deputados, com o objectivo de avaliar o grau de funcionamento das instituições, tanto públicas como privadas, para posteriormente advogar as suas preocupações aos órgãos competentes do país.

“É nossa missão, enquanto advogados do povo, auscultar as suas preocupações e apresentá-las a quem de direito a fim de se dar solução aos mesmos”, sublinhou.

Anastácio Sambowe disse ainda, durante a visita, que os meios de Comunicação Social têm, no seu dia-a-dia, tarefas específicas e bastante exigentes, sendo a principal das quais informar com verdade e serem isentos nas suas abordagens, para que se construa uma sociedade estável.

Afirmou, ainda, que vai trabalhar junto dos órgãos afins dentro da Assembleia Nacional para que estes instem o Ministério de tutela e os Conselhos de Administração das empresas públicas de Comunicação a prestarem mais atenção às “redacções locais”, tendo em atenção as novas alterações existentes a nível do território nacional, resultantes da Divisão Político-Administrativa (DPA).

Por último, encorajou e aplaudiu os órgãos de Comunicação Social sedeados na província a manterem a dinâmica laboral, não se furtando da sua missão, que é de manter o país bem informado. (J.A.)++++

Assembleia destaca avanços no Projecto de Saúde da SADC

A Assembleia Nacional fez um balanço positivo da implementação do Projecto de Saúde, Direitos Sexuais, Reprodutivos, VIH-Sida e Governação do Fórum Parlamentar da SADC, destacando progressos na revisão da Lei do VIH-Sida.

A informação foi avançada ontem, em Luanda, pela deputada Luísa Damião, durante o segundo encontro do Grupo Técnico de Trabalho do Comité de Género do Ministério da Saúde.

Segundo a parlamentar, a parceria entre o Parlamento, o Comité de Género e outras organizações permitiu avanços significativos na promoção da saúde sexual e reprodutiva. Para este ano, a Assembleia Nacional reforçou o compromisso de apoiar as actividades do Comité de Género, visando à eliminação das desigualdades e disparidades entre homens e mulheres, bem como a protecção das populações vulneráveis.

O projecto (2023-2026), financiado pela Suécia, visa dar resposta às questões estruturais ligadas à saúde, direitos sexuais, reprodutivos, governação, VIH-Sida, alterações climáticas, eliminação das desigualdades e disparidades de género, proibição de casamentos prematuros, bem como apoiar a realização dos compromissos regionais e globais, cuja importância é crucial para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

De acordo com a deputada, entre os objectivos do projecto, estão a garantia da segurança no contexto do regime universal de saúde, a promoção da igualdade de género, a eliminação do casamento infantil, da gravidez precoce e não desejada e a promoção de um aborto seguro.

Por outro lado, está a promoção de uma educação sexual abrangente, a protecção das populações vulneráveis e grupos marginalizados, bem como a promoção da

responsabilidade democrática e dos direitos humanos. Durante o encontro, que decorreu na Assembleia Nacional, a responsável da Comissão Permanente de Desenvolvimento Humano e Social e Programas Especiais do FP-SADC encorajou, também, os intervenientes do projecto a continuarem a unir energias para marcar passos sólidos e seguros na direcção da emancipação social em relação aos direitos sexuais e à protecção da criança, ao casamento precoce e noutras dinâmicas sociais que impliquem a salvaguarda dos direitos fundamentais. (J.A.)++++

Relatório sobre protecção dos direitos humanos no país adoptado preliminarmente

O relatório de Angola sobre a promoção e a protecção dos direitos humanos foi adoptado preliminarmente, em Genebra, Suíça, durante a 16.ª Reunião do Grupo de Relatores (Troika) constituída pela França, Ghana e Quirguistão.

De acordo com uma nota, enviada ao JA Online, o referido relatório foi apresentado, quinta-feira, 23, na quadragésima oitava sessão da Revisão Periódica Universal do Conselho dos Direitos Humanos, em Genebra, Suíça.

Aquando do diálogo interactivo, na sessão dedicada a Angola, 107 países dos Estados-membros das Nações Unidas discursaram e produziram 293 recomendações, que posteriormente serão analisadas pela comissão nacional multisectorial dos direitos humanos.

Na ocasião, a embaixadora Margarida Izata, em nome do Governo, ao fazer as considerações finais sobre a adopção preliminar do exame periódico universal considerou que os comentários e recomendações apresentados foram muito valiosos e construtivos e vão contribuir para reforçar os mecanismos nacionais de promoção e protecção dos direitos humanos no país.

“Ao mesmo tempo que nos congratulamos com as recomendações feitas, gostaríamos de informar o Conselho que, tendo em conta o facto de algumas das recomendações poderem ter implicações no actual quadro jurídico de Angola, o Governo decidiu analisá-las cuidadosamente e, oportunamente, transmitir ao Grupo de Trabalho a sua posição, antes da adopção final do Relatório de Revisão Periódica Universal de Angola, na 59.ª Sessão do Conselho”, acrescentou.

De acordo com a diplomata, Angola vai envidar todos os esforços necessários para implementar as recomendações aceites durante este quarto ciclo.

Com efeito, disse, igualmente, que muitas das considerações feitas, estão em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2023-2027, onde os Programas e prioridades nacionais buscam o reforço do Estado de Direito, das Instituições Públicas e a melhoria dos índices de desenvolvimento humano e económico.

Por outro lado, reagiu com satisfação ao facto de muitos dos Estados intervenientes terem caracterizado como positivo o actual contexto político, nomeadamente a Estratégia Nacional para os Direitos Humanos, a aprovação do Código Penal e a ratificação das Convenções Internacionais de Direitos Humanos.

Por fim, Margarida Izata enalteceu particularmente o apoio concedido pelo Fundo Voluntário do UPR, cujo patrocínio permanente cria a possibilidade para a participação dos Países Menos Avançados (PMA) e países insulares na revisão periódica, avança o documento. (J.A.)++++

Júlio Maiato acreditado embaixador Não Residente do Paquistão

A República Islâmica do Paquistão acreditou hoje, na cidade de Islamabad, Júlio Maiato como embaixador Não

Residente naquele país, situado no Sul da Ásia. O diplomata angolano entregou as cartas credenciais ao presidente paquistanês, Asif Ali Zardari, tornando-se, assim, o primeiro embaixador extraordinário e plenipotenciário da República de Angola Não Residente a ser acreditado no Paquistão.

De acordo com uma nota de imprensa, enviada ao JA Online, o Governo nomeou Junaid Emam como cônsul honorário da de Angola em Karachi, em Março de 2022, com jurisdição consular na província de Sindh. A 8 de Junho de 2022, Murad Baseer foi acreditado como embaixador Não Residente do Paquistão em Angola.

Ao entregar as cartas credenciais às autoridades paquistanesas, Júlio Maiato, com residência fixa nos Emirados Árabes Unidos, transmitiu em nome do Presidente da República, João Lourenço, ao líder do referido país, no sul da Ásia, as mais calorosas saudações e agradeceu pela abertura demonstrada para o reforço da cooperação.

Angola vai explorar com o Paquistão, novas áreas comerciais e económicas, com destaque para a indústria têxtil, farmacêutica, vestuário e segmento da segurança alimentar, além da educação.

Com uma população superior a 200 milhões de habitantes, é o quinto país mais populoso do mundo e tem a segunda maior comunidade muçulmana a nível global (a seguir à Indonésia). Está situado no corredor das principais rotas de trânsito marítimas e terrestres, tornando a localização geopoliticamente estratégica.

Faz a ponte entre as regiões ricas em energia da Ásia Central e do Médio Oriente, com os centros populacionais do Sul e Leste da Ásia. O país também tem como vizinhos estados geoestratégicos o Afeganistão, a China, a Índia e o Irão.

Fazem parte da área de cobertura da Embaixada da República de Angola em Abu Dhabi, o Reino do Bahrein, o

Estado do Kuwait, o Afeganistão (actualmente Emirado Islâmico do Afeganistão), assim como a Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA), com sede em Abu Dhabi.

A República Islâmica do Paquistão aposta fortemente na agricultura, indústria e serviços. A estrutura da economia passou de uma base predominantemente agrícola para outra fortemente ligada ao sector de serviços.

As indústrias têxteis, o vestuário, o processamento de alimentos, os produtos farmacêuticos e cirúrgicos, os materiais de construção, os fertilizantes, o camarão, os produtos de papel, além do turismo que continua a atrair anualmente cerca de 500 mil turistas estrangeiros, estão entre as áreas de maior destaque.

A agricultura, hoje, responde por cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto o sector de serviços corresponde a 53% do PIB, dos quais 30% correspondem ao comércio a grosso e a retalho.

O Paquistão é membro das Nações Unidas, da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) e da Organização de Cooperação Islâmica (OIC), tem um PIB avaliado em 348,3 mil milhões de dólares, taxa de crescimento do PIB de 6.5% e PIB per capita de 1.505 dólares, refere o documento. (J.A.)++++

PRS no Bengo condena tentativa de actos terroristas e apela à paz

O Partido de Renovação Social (PRS) no Bengo condenou, quarta-feira, em Caxito, a tentativa de actos terroristas de um grupo subversivo em Luanda e no Huambo, que visavam atacar alvos estratégicos, como o Palácio Presidencial e a Refinaria de Luanda, durante a visita a Angola do Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

Em declarações ao Jornal de Angola, o primeiro-secretário provincial do PRS, Adão Macumbe, elogiou o trabalho das forças de Defesa e Segurança, que resultou na detenção dos envolvidos, que pretendiam gerar pânico e instabilidade no país.

“Condenamos veementemente a tentativa de actos violentos. O terrorismo é inaceitável, independentemente de onde venha ou de quem o cometa. A guerra é destruição e morte. A guerra não é solução, merece a nossa condenação. Não à guerra. Sim à paz!”, apelou.

Adão Macumbe ressaltou que, com a celebração dos 50 anos da Independência Nacional, a 11 de Novembro deste ano, os angolanos devem focar-se em enfrentar os grandes desafios do país e promover o desenvolvimento, em vez de semear dor e sofrimento à população.

“A democracia é o único sistema político que garante as liberdades e obriga a respeitar a vontade da população angolana, após as Eleições Gerais de 2022. Aqueles que tentam desrespeitar a vontade da maioria ameaçam a democracia e merecem não só a sanção legal, mas também a rejeição absoluta da sociedade angolana e da comunidade internacional”, afirmou.

O político também destacou o cansaço da população em relação à guerra, lembrando os 27 anos de conflito armado que marcaram o país.

“Os angolanos estão cansados da guerra e do sofrimento. Quero expressar o meu repúdio diante dessa tentativa frustrada de actos terroristas”, concluiu Adão Macumbe.

(J.A.)++++

Parlamentares reafirmam fiscalização ao Executivo

Os deputados à Assembleia Nacional pelo círculo provincial eleitoral do Cuanza-Sul reafirmaram quarta-feira,

na cidade do Sumbe, o compromisso de fiscalizar as acções do Governo local, com o objectivo de promover a boa governação.

A posição foi manifestada no fim de um encontro de cortesia entre os parlamentares e o governador da província, durante o qual foram abordadas questões relacionadas com a necessidade de fortalecer as relações institucionais entre o Legislativo e o Executivo local.

A porta-voz do círculo provincial eleitoral do Cuanza-Sul, deputada Maria Fonseca, considerou o encontro oportuno para reforçar a cooperação entre os deputados e o Governo provincial. “Viemos felicitar o novo governador pela missão que assume e reiterar a nossa disponibilidade para manter uma interacção constante com as comunidades, com o objectivo de melhorar as condições de vida das populações”, disse.

Durante a reunião, foram abordados vários temas de interesse social e económico, com destaque para a prevenção da cólera na província, as obras integradas na cidade do Sumbe, a construção da via circular para desviar o tráfego de viaturas pesadas do centro urbano, bem como o projecto do bairro social na área de Saber Andar, destinado ao realojamento de famílias que residem em zonas de risco.

No que toca à situação da cólera, a parlamentar exortou o Governo do Cuanza-Sul a reforçar as acções de prevenção, garantindo melhores condições nas unidades sanitárias e fornecendo equipamentos adequados às equipas multisectoriais para conter o avanço da doença.

Quanto à implementação da nova Divisão Político-Administrativa (DPA) no Cuanza-Sul, Maria Fonseca adiantou que o Parlamento já aprovou o orçamento para a presente legislatura, abrangendo as novas províncias, municípios e comunas recentemente elevadas a essas categorias. (J.A.)++++

Gestores públicos devem dar solução aos problemas

O governador do Uíge, José Carvalho da Rocha, afirmou, quarta-feira, que um dos maiores desafios dos gestores públicos, em especial os administradores municipais, é contribuir para o desenvolvimento social e económico das regiões sob sua jurisdição, com o objectivo de garantir o bem-estar das populações.

“Temos o dever de trabalhar e servir as populações, ouvindo de perto as suas principais preocupações e procurando soluções para garantir o seu bem-estar”, frisou o governante, que também destacou a necessidade urgente de electrificação abrangente da província, um projecto que, segundo ele, pode começar nos próximos dias.

Na sua intervenção, durante a tomada de posse de novos responsáveis da província, o governador incentivou os novos administradores a implementarem, nas comunidades, o Plano Local de Apoio à Agricultura Familiar (PLAAF), uma iniciativa derivada do Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PDLP), que tem impactado positivamente as populações dos municípios onde está em vigor há mais de três anos.

O Plano Local de Apoio à Agricultura Familiar consiste na distribuição de terras mecanizadas, além de instrumentos e sementes melhoradas, para que as famílias camponesas possam aumentar a produção de alimentos e, com isso, combater a fome e a pobreza.

“Temos vários desafios, mas destaco aqui a electrificação da região, a melhoria das vias de acesso e pontes, e o aumento das infra-estruturas sociais. Por isso, devemos incentivar a população a continuar a produzir alimentos, pois o Uíge possui muita água e terras férteis, o que permite uma produção agrícola em grande escala”, disse o governador.

José Carvalho da Rocha reiterou o compromisso de o Governo local continuar a acompanhar e monitorar de perto as questões sociais que afligem a população, exercendo uma advocacia junto das instâncias superiores para encontrar possíveis soluções.

“Para os novos gestores, saibam que podem contar com o nosso apoio. Vamos todos caminhar juntos, unidos, para que possamos desenvolver a nossa região, que precisa de um crescimento rápido e acentuado”, assegurou o responsável da província do Uíge.

Com a elevação de sete comunas à categoria de municípios, a província do Uíge, que já tinha 16 municípios, passa a contar, actualmente, com 23 e 24 comunas, com uma população estimada em mais de dois milhões de habitantes, de acordo com os dados do Censo realizado em 2014.

O governador do Uíge, José Carvalho da Rocha, empossou, ontem, 12 novos administradores, incluindo os dos sete municípios recém-criados, à luz da nova Divisão Político-Administrativa (DPA).

Trata-se dos administradores municipais de Vista Alegre, Quipedro, Lucunga, Sacandica, Alto Zaza, Massau, Nsosso, Buengas, Quimbele, Bungo, Milunga e Sanza Pombo. José Carvalho da Rocha orientou aos novos administradores a trabalharem com espírito de equipa, ouvindo de perto os problemas enfrentados pelas populações e encontrar mecanismos para a sua resolução. (J.A.)++++

Governador exige criatividade na implementação de projectos

O governador do Cuanza-Norte, João Diogo Gaspar, afirmou, ontem, em Ndalatando, que a Administração Pública é uma actividade de extrema responsabilidade e, por isso, exige dos administradores municipais criatividade e

eficácia na implementação de projectos sociais voltados para o aumento da produção nacional e o fortalecimento da economia do país.

O governante apelou aos recém-empossados para que mantenham o foco na implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, com prioridade para a construção de escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água potável, além do fortalecimento da agricultura familiar e da agropecuária, de forma a reduzir as carências básicas das populações.

“Os novos administradores devem impulsionar o crescimento das suas localidades, utilizando os recursos disponíveis, apesar da crise financeira que o país enfrenta. Ainda assim, devem priorizar a melhoria do abastecimento de água, da Educação, da Saúde e do Saneamento básico, para que, até 2026, possamos reduzir ao máximo essas carências”, exortou.

João Diogo Gaspar orientou, ainda, os administradores a combaterem a má nutrição, criando estratégias de produção de alimentos para tirar as crianças dessa situação de vulnerabilidade.

O governador solicitou especial atenção à nova administradora do município de Massangano, destacando o potencial turístico da localidade, que é considerada uma das jóias da província do Cuanza-Norte. Segundo ele, é essencial criar oportunidades para que o turismo gere receitas e contribua para a economia nacional.

De igual modo, o administrador do município de Tango foi incentivado a reforçar o sector da Agropecuária, com evidência no aumento da produção de gado e carne. O administrador de Cazengo recebeu orientações para priorizar o saneamento básico e a requalificação da cidade de Ndalatando, tornando-a mais acolhedora. Já o de Cambambe foi

incumbido de explorar melhor as potencialidades económicas e turísticas da região. Para os demais municípios, o governador recomendou a valorização e protecção dos recursos naturais da província, incluindo madeira, mármore, cobre, diamantes e a forte produção agrícola.

João Diogo Gaspar apelou aos novos quadros da Administração Pública para que sejam agentes de mudança e inovação, capazes de responder aos desafios impostos pela Nova Divisão Político-Administrativa. “É preciso formar e capacitar mais quadros, dotá-los de meios e equipamentos adequados e melhorar a articulação entre as estruturas locais e centrais”, frisou.

Com a nova Divisão Político-Administrativa, a província do Cuanza-Norte passou a contar com 17 municípios, em vez dos anteriores 10. Os municípios são: Cazengo, Cambambe, Lucala, Samba-Caju, Quiculungo, Bolongongo, Ngonguembo, Banga, Ambaca, Golungo-Alto, Caculo Cabaça, Terreiro, Tango, Luínga, Massangano, Cerca e Aldeia Nova.

O governador João Diogo Gaspar deu posse aos seguintes administradores municipais, Adilson do Amaral Lopes – Cazengo, Maria Mafuta Difuma Bafutidy – Cambambe, Epi-fânio Sérgio Manuel da Costa Miranda – Lucala, José Correia da Rocha Caetano – Samba-Cajú, Victorino Abel Manuel – Banga, Anabela Manuel António Dias – Massangano, Eliseu Ângelo Bento Miguel – Caculo Cabaça, Maria Sebastião Inácio Jerónimo – Terreiro, Venceslau Gonçalves Malanda – Tango, Vicência Gonçalves Gomes – Cerca, Roberto Antunes André Galho – Luínga, Francisca Sebastião Miguel Neto – Aldeia Nova e Adelino João Beca – Administrador Municipal Adjunto do Golungo-Alto para a Área Política, Social, Económica e Financeira. (J.A.)++++

Delegado do Interior defende instalação de sistemas biométricos na fronteira

O delegado do Interior e comandante provincial da Polícia Nacional em Cabinda, comissário Francisco Notícia, defendeu ontem a instalação de sistemas biométricos nos postos fronteiriços para reforçar a identificação de estrangeiros que entram no território nacional.

A medida visa melhorar o controlo migratório no âmbito do Acordo Tripartido entre Angola, Congo-Brazzaville e República Democrática do Congo (RDC). O oficial comissário falava no encerramento do Encontro de Alinhamento Técnico com os Órgãos de Comunicação Social, promovido pelo Gabinete de Comunicação Institucional da Delegação Provincial do Interior.

Segundo explicou, a biometria permitirá a leitura de características físicas, impressões digitais e reconhecimento facial ou da íris, dificultando o regresso de estrangeiros expulsos que tentem reentrar com nova identidade.

Francisco Notícia revelou que o Ministério do Interior está a realizar um diagnóstico sobre a imigração ilegal para definir estratégias mais eficazes de prevenção. O levantamento em curso envolve o Governo Provincial, autoridades tradicionais, entidades religiosas e órgãos de comunicação social, reunindo informações para um melhor controlo da circulação de pessoas.

O Acordo Tripartido, assinado em 1999, tem facilitado a entrada e permanência ilegal de imigrantes em Angola. O comandante sublinhou que, apesar dos benefícios do acordo, é necessário reforçar os mecanismos de fiscalização, uma vez que a melhoria dos sectores da Educação e Saúde no país tem atraído cidadãos do Congo-Brazzaville e da RDC, muitos dos quais utilizam “passes de travessia” para permanecerem ilegalmente em território angolano.

A convenção entre Angola, Congo-Brazzaville e RDC tem como objetivos a consolidação da paz, segurança e bem-estar das populações, além de regulamentar a circulação de pessoas e bens. O artigo 6.º do acordo estabelece que viajantes das zonas fronteiriças devem apresentar um “passe de travessia” para uma permanência máxima de 72 horas. (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 30 de Janeiro de 2025